



Políticas "de perto": trabalho de conclusão de curso como campo de experimentações democráticas

Close politics: graduation final project as territory of democratic experiences

prof. Frederico Canuto;

André Pinto Coelho Braz Domingos; Vanessa Campos de Oliveira Soares

Universidade Federal de Minas Gerais

Resumo

Este artigo apresenta o processo de desenvolvimento de dois trabalhos de conclusão de graduação intitulados “Plataforma de Aprimoramento do Conforto Ambiental“ e “Operações Urbanas Consorciadas: o mercado e a democracia nas decisões das políticas urbanas” durante o segundo semestre de 2015. Apesar de possuírem temas distintos, ambos os trabalhos trataram de uma questão central comum: a necessidade de empoderamento da população em relação às tomadas de decisão das políticas públicas em contraponto ao poder cada vez mais influente do mercado e poder público associados. Tal discussão foi desenvolvida ao longo do presente artigo dentro dos tópicos de Metodologias, e Resultados e Discussão. Nas Considerações Finais foi realizada uma avaliação da experiência e suas visões para o aprimoramento de Pesquisas e Trabalhos de Conclusão de Curso.

Palavras-chave: Democracia; Operações Urbanas; Mercado; Interface; Empoderamento

INTRODUÇÃO

Chantal Mouffe, cientista política belga, ao discutir a política e sua relação com a ideia de conflito é precisa ao afirmar que é próprio da política e da democracia como sistema de tomada de decisões e ações que afetam a todos, discussões e enfrentamentos se construirão num plano paradoxal. Para a autora, a democracia é política paradoxal pois é definida num espaço onde se embatem interesses de Estado, que muitas vezes são atravessados e cedem a interesses internacionais, e tentativas de soberania e autonomia popular por parte daqueles que sempre são excluídos dos processos de decisão. É uma

prática paradoxal porque não há situação que termine numa harmonia ou consensualização. Qualquer tipo de consenso construído por um ou outro tendem a ser falaciosos e fracos na medida em que o Estado não pode definir políticas sem dar a conhecer e discutir com os interessados, assim como a população não pode definir por si mesmos políticas públicas sem levar em consideração o Estado como esfera que representa também interesses daqueles que não podem se fazer ouvir ou não são organizados, como é próprio da massa difusa chamada povo¹³. Assim, a questão não é a construção de uma harmonia ou mesmo a tentativa de neutralização dos poderes exercidos pelos diferentes agentes interessados - como se fosse possível tal situação ideal num mundo multipolarizado como o atual - mas sim, uma redistribuição dos poderes, de forma a empoderar aqueles que proporcionalmente não tem como se fazer ouvir, assim como insistir em pautas coletivamente decididas e de teor voltado ao bem comum como horizonte para discussão e disputa de poder, seja de decisão ou de ação. Assim, entendendo a política como campo onde são desenhadas diferentes geometrias de poder pela associação de uns com outros e exclusão de terceiros de forma a estabelecer imagens hegemônicas para produção e reprodução de uma situação que se entende ideal segundo aqueles que detém o poder, instrumentos são inventados. No caso da prática do planejamento urbano e seu poder de decisão sobre o território das cidades, seja um poder advindo pela associação entre poder público e mercado interessados em reforçar seus interesses, seja entre Estado e movimentos sociais, seja entre mercado e sociedade civil e outras configurações possíveis, tais instrumentos são políticas públicas tais como legislações urbanas, planos diretores, instrumentos de política urbanas chegando até o modo como a própria população diretamente age sobre o espaço. E esse é o objeto de discussão deste trabalho: os instrumentos de empoderamento ou anulação de outras formas de exercício de poder sobre o território.

Desta forma, partindo da ideia de um planejamento urbano como exercício político e democrático, dentro do campo disciplinar das Ciências Sociais Aplicadas, que só pode ser imaginado num plano caracterizado pelo conflito e pelo paradoxo, é que o presente trabalho se desenha. Ao discutir dois instrumentos de política urbana exercitados pela Estado via poder público municipal na cidade de Belo Horizonte através de dois

¹³ Ainda que não seja objetivo do presente trabalho discutir as diversas conceitualizações que a palavra *povo* recebe no pensamento coidental e no campo político, interessa afirmar que tal definição que serve de norte aqui colocada remete ao conceito de povo definido pelo filósofo italiano Giorgio Agamben como aqueles que são excluídos de qualquer definição ou categoria politicamente construída pelo Poder. Assim, massa, classe pobre e correlatos são definições que incluem uma massa de pessoas, mas sempre exclui o povo, porque este sempre escapa.

Trabalhos de Conclusão de Graduação preocupados com a política urbana espacialmente produzida **de perto**, seja por cidadãos ou movimentos sociais tendo em vista o poder muito maior do mercado e poder público, o que se pretende é discutir a quem tal poder interessa e faz (re)produzir configurações hegemônicas de poder sobre o espaço da cidade e maneiras de se redimensionar tal poder. Assim, discutir o modo como hegemônias políticas são construídas e o modo de redimensioná-las em torno de um paradoxo democrático mais incisivamente.

O primeiro instrumento é a Operação Urbana Consorciada e o objetivo deste primeiro Trabalho de Conclusão de Graduação é compreender os modos como este se aplica no cotidiano institucionalizado. As Operações Urbanas Consorciadas (OUC) são um instrumento de política urbana prevista pelo Estatuto da Cidade (Lei 10257/01). Elas são reguladas por leis e conselhos municipais e viabilizadas através das Parcerias Público Privadas (PPPs). Este instrumento permite certas flexibilizações na legislação urbanística, possibilitando o financiamento de intervenções públicas com capital privado. Segundo a Lei Federal nº 10.257/10 (Estatuto da Cidade).

Art. 32. Considera-se operação urbana consorciada o conjunto de intervenções e medidas coordenadas pelo Poder Público municipal, com a participação dos proprietários, moradores, usuários permanentes e investidores privados, com o objetivo de alcançar em uma área transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e a valorização ambiental.

E segundo a Lei Municipal de Belo Horizonte nº 7.165/96 (Plano diretor de Belo Horizonte) e artigo 69 - mantida no PL 1749/15 (novo Plano Diretor de Belo Horizonte)

"Operação Urbana Consorciada é o conjunto de intervenções e medidas coordenadas pelo Poder Executivo Municipal, com a participação dos proprietários, moradores, usuários permanentes e investidores privados, com o objetivo de alcançar transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e valorização ambiental, podendo ocorrer em qualquer área do Município."

Como pode-se verificar, em sua definição, a Operação Urbana prevê a participação de setores populares, o diálogo com o setor público e privado. Porém, as OUCs são reguladas por leis e conselhos municipais, o que faz com que elas sofram influências de forças sociais, interesses políticos e econômicos locais. Desde 2013, Belo Horizonte passa pela elaboração de uma Operação Urbana inicialmente denominada Nova BH, que

foi reformulada durante o ano de 2014 e apresentada em setembro de 2015 como Operação urbana Consorciada Antônio Carlos/Pedro I/Leste-Oeste. Além disso, a realização da IV Conferência Municipal de Política Urbana, passa pela criação de um Novo Plano Diretor, elaborado durante a conferência a partir da participação e discussões realizadas, com participação de setores civis interessados.

Paradoxalmente, nos últimos anos Belo Horizonte vem se tornando também uma cidade com fortes movimentos políticos e sociais em prol do direito à cidade, das reivindicações de moradia, transporte e direitos básicos, que se articulam e promovem discussões, reivindicações e propostas para a construção da cidade, com uma boa atuação nas redes sociais. Com a recente realização de um megaevento, a Copa do Mundo de Futebol FIFA 2014, e a proximidade das Olimpíadas em 2016, além do atual contexto econômico e político do país, as discussões sobre a cidade e as políticas públicas aumentaram, sendo esse um momento propício para participação desses debates e observação das novas ideias propostas pela população.

E aí temos o segundo Trabalho de Conclusão de Graduação, cujo objetivo não é apenas compreender, mas intervir neste paradoxo democrático através de um de seus principais instrumentos de exercício de poder no que tange o conforto ambiental urbano: o espaço virtual do site da própria prefeitura municipal de Belo Horizonte e as políticas públicas relacionadas ao conforto ambiental da cidade, A partir da criação em um site / plataforma chamado Plataforma de Aprimoramento do Conforto Ambiental (www.placabh.org) cujo objetivo é abrir possibilidades democráticas que possam empoderar movimentos e cidadãos no exercício de uma autonomia delegada pelo poder público através de políticas públicas inventadas, novas geometrias de poder poderiam desenhadas e redimensionadas em torno desta democracia paradoxal.

METODOLOGIA

Sendo que serão apresentados dois trabalhos diferentes em que foram aplicadas duas metodologias diversas com alguns pontos de contato a partir das questões acima colocadas, iremos discuti-los separadamente e aí final, apontar pontos de contato. O primeiro é diz respeito das Operações Urbanas Consorciadas e o segundo, a criação de uma Plataforma de Aprimoramento do Conforto Ambiental.

Operação Urbana Consorciada

Para este trabalho, o primeiro passo foi a realização de uma pesquisa bibliográfica e teórica, buscando-se compreender a definição e a legislação das Operações Urbanas e sua relação com processos democráticos de tomada de decisão num nível municipal seja numa micro ou macro escala.

Por um lado, buscou-se acompanhar a evolução do uso deste instrumento na cidade de Belo Horizonte e o caso da Operação Urbana Consorciada Nova BH e sua modificação para Operação Urbana Consorciada Antônio Carlos/Pedro I/Eixo Leste-Oeste. Por outro, acompanhar processos democráticos de disputa e discussão da cidade vindos de coletividades não formadas pelo poder público a fim de discutir a democracia municipal e seus limites.

Assim, tornou-se claro, já a partir das primeiras pesquisas, a importância de participar das reuniões promovidas pelos órgãos públicos, assim como pelos grupos de discussão e luta pela cidade. No período entre setembro e dezembro de 2015, foi realizado um trabalho de campo com o objetivo de acompanhar as reuniões e discussões relacionadas ao objeto de estudo, participando dos seguintes eventos:

- 54ª Reunião Extraordinária do COMPUR – 17 de setembro de 2015.
- Reunião do grupo Cidade que Queremos – 22 de setembro de 2015.
- Curso de Orçamento Público e Mecanismos de Participação – 5 e 7 de outubro de 2015.
- Audiência Pública: Novo Plano Diretor do Município de Belo Horizonte - 22 de outubro de 2015.
- Audiência Pública: Novo Plano Diretor do Município de Belo Horizonte – 1 de dezembro de 2015.

Além disso, foram utilizados para realização da pesquisa a Constituição Federal, a Legislação Municipal, livros, teses, páginas eletrônicas de órgãos públicos e as observações realizadas durante as experiências de campo. Particularmente, para introduzir a questão da democracia nas cidades no estudo, tomou-se como base a publicação “A Aposta Municipalista” do Observatório Metropolitano de Madri, e textos relacionados a ela.

Plataforma de Aprimoramento do Conforto Ambiental

A metodologia se baseou num processo de descoberta dos modos de funcionamento de um sistema político relacionado a produção do espaço da cidade, no caso as políticas urbanas de Belo Horizonte relacionadas ao Conforto Ambiental, através de textos e visitas ao site da própria prefeitura municipal de Belo Horizonte. Compreendendo que o conforto ambiental é dimensão de planejamento, o que significa que o desenho urbano é solução apenas parcial e isolada se tomada unicamente, o trabalho se voltou para entender as formas como empoderamentos e poderes são exercidos por uns e não outros. Além disso, para ser mantido uma ligação com a cidade vivida, foram feitas entrevistas na área central da cidade de Belo Horizonte prestando especial atenção as questões relacionadas ao conforto ambiental, em especial as águas urbanas. Tais ações foram desempenhadas como modo de esquadrihar com precisão e de perto os tipos de problema-objeto de estudo com a finalidade de propor para um Trabalho Final de Conclusão de curso a própria Plataforma de Aprimoramento do Conforto Ambiental da cidade.

Central para tal metodologia baseada nesse processo de descoberta foram a discussão e pesquisa das maneiras como tal diagnóstico e intervenção posterior poderiam se dar de forma efetiva na realidade e baseadas nas questões relativas ao conforto ambiental e a democratização da cidade. Assim, o aluno-pesquisador se tornou parte da pesquisa na medida em que ele, como cidadão, fez uma autocrítica dos modos de se compreender e intervir na cidade. Iniciou-se então um processo de pesquisa e discussão, paralelo às leituras de texto e visitas a sites, sobre qual seria a melhor ferramenta para melhorar a vida na cidade e que possibilitaria expandir e intensificar o paradoxo democrático entre as que o arquiteto e urbanista tem e é ensinado em sua graduação. Ao fim, a escolha foi por um site.

Pontos em Comum

Em ambos os trabalhos, os estudantes-pesquisadores adotaram um olhar investigativo e crítico em relação à forma como as políticas urbanas são desenvolvidas e enxergaram a importância e necessidade de um contato empírico com a realidade como uma forma de compreender os modos como o poder é exercido e distribuído pelas políticas pública e outros instrumentos e como ele é apresentado a população, aqui tomada pelo poder público como mero receptor sem qualquer capacidade de intervir criticamente ou ainda,

se responsabilizar politicamente pelo que é criado em níveis hierárquicos estatais superiores de planejamento urbano em secretarias e gerências.

Sendo assim, pode-se destacar como metodologia adotada a pesquisa e o conhecimento sobre os **protocolos de contato** entre cidadãos e políticas de Estado, assim como os modos como tais presenças da sociedade civil e movimento sociais são construídas em tais momentos de interação e participação, adotando não apenas a visão de um arquiteto urbanista, mas também a visão de um cidadão.

A partir dessas experiências e análises foi possível, então, estabelecer uma crítica em relação às técnicas de representação e apresentação das propostas urbanísticas para a população em geral, bem como suas estratégias de comunicação e divulgação. Foi possível compreender o direcionamento da interação e participação da população nos processos de decisões de políticas públicas relacionadas ao planejamento urbano como um processo não compartilhado, levando também à reflexão sobre o exercício da democracia no contexto da cidade de Belo Horizonte

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Cada experiência advinda destes dois Trabalhos Finais de Conclusão de Curso trouxeram resultados diferentes e eles serão apresentados. Entretanto, percebe-se que as discussões levantadas são similares e próximas, também como ver-se-á a seguir:

Operação Urbana Consorciada

Diante de todas as reuniões, audiências e discussões assistidas, foi observado o seguinte:

- As Operações Urbanas dependem, em grande parte, da compra dos CEPACs pelo setor imobiliário e empresarial. E se não houver interesse desses setores? A OUC está comprometida e os recursos públicos gastos inicialmente serão perdidos?

- Não se pode tratar a OUC como uma ilha, faz-se necessário considerar sua articulação/relação com outras áreas da cidade e até mesmo numa escala metropolitana.

- OUCs previstas pelo Plano Diretor buscam incentivar potenciais novas centralidades. As áreas previstas, então, já são, de certa forma, valorizadas. É preciso estar atento aos impactos que serão gerados nas áreas próximas à OUC e não valorizadas, e não esquecer da necessidade de investimentos e melhoria da infraestrutura e condições de moradia em áreas carentes e não valorizadas da cidade.

-As OUCs possibilitam flexibilizações na legislação urbanística para viabilizar o financiamento das intervenções. São previstas, porém, diversas áreas de futuras OUCs. É preciso ter cuidado para que essas flexibilizações em tantas áreas não acabem gerando pequenas ilhas de exceção dentro da cidade – quebrando sua continuidade e dinâmica natural de desenvolvimento – além da possível gentrificação das áreas de investimento.

-Faltam nos projetos de Operação Urbana Consorciada um plano mais concreto para economia, patrimônio material e imaterial, para questão ambiental da cidade e para as vilas e favelas.

-Em alguns casos argumenta-se que existem planos específicos para essas questões, porém deveria haver então um estudo de como esses planos se relacionam e quais as relações diretas entre eles.

-O canal oficial de comunicação utilizado pela PBH é o Diário Oficial do Município. Se o objetivo seria convocar o maior número de pessoas para participar das reuniões, este não é um canal eficiente.

-Percebe-se que o público que participa das reuniões e audiências públicas é, geralmente, composto pelas mesmas pessoas. Isso pode ser justificado pelo seu prévio interesse, já que boa parte dos participantes são membros de algum movimento social, mas também pelo tipo de divulgação utilizada, que acaba alcançando sempre esse mesmo grupo.

- É desejável um exercício pleno da democracia, no qual a população tem poder de interferência direta sobre as decisões, sem todos os obstáculos da burocracia. O que acontece na prática, porém, são conselhos com poucos representantes da sociedade civil, falta de autonomia nas decisões – Na IV Conferência Municipal de Política Urbana, por exemplo, os participantes foram impedidos de votar uma nova pauta e regulação da própria Conferência.

-Além disso, a maioria dos vereadores não participou dos encontros da IV Conferência Municipal de Política Urbana, e não têm participado das audiências públicas sobre o novo Plano Diretor – com exceção do vereador que convoca a audiência pública.

-São os vereadores, porém, que votam os projetos de lei e analisam as propostas do orçamento participativo. Como poderão representar os direitos e interesses da população se não participam das discussões?

-O mercado imobiliário e empresarial possui enorme poder de influência e pressão, levando ao cancelamento de reuniões quando é de seu interesse.

- Não participação em reuniões e audiências públicas para posterior negociação direta de seus interesses com a Câmara dos Vereadores.
- A paridade adotada para os Conselhos faz com que haja poucos representantes da sociedade civil. Em grande parte das reuniões e audiências públicas, os representantes da sociedade civil não são nem mesmo chamados para compor as mesas de discussão.
- Na primeira audiência pública sobre o novo Plano Diretor de Belo Horizonte houveram sugestões de que o debate fosse uma “discussão qualificada”, ou seja, que só participassem do momento de fala aberta aquelas pessoas com conhecimentos técnicos. Em certo ponto também foi recomendado que ao público que “procure o parlamentar com o qual você tem contato”, como se todos os participantes tivessem oportunidade de um canal de comunicação e relação direto com um parlamentar, e inibindo a livre manifestação e participação das pessoas.
- A oferta do curso de Orçamento Público e Mecanismos de Participação é uma boa iniciativa, porém trata-se de um assunto muito complexo para ser abordado em apenas dois dias. Ficou claro que é possível ter acesso às informações por meio de páginas eletrônicas da PBH e através do Portal de Transparência, porém, ao final do curso, a conclusão alcançada é que a possibilidade de participação efetiva nas propostas do orçamento é pequena devido a um engessamento do mesmo e da falta de apoio dos políticos que analisam e votam as propostas.
- As enormes tabelas e códigos utilizados, e a organização do sistema, podem também dificultar a busca e acompanhamento dos processos e informações relacionadas ao orçamento municipal.
- Os processos são muito lentos e burocráticos dificultando um acompanhamento contínuo. A linguagem técnica utilizada nas apresentações dificulta a compreensão dos assuntos abordados.

“A sociedade, que não é Estado nem mercado liberal, no entanto, despertou e mostrou seu rosto em 2013. Ela não é monolítica nem utilitarista, nem conservadora nem progressista, mas múltipla e indomesticável. Aliás, a sociedade unifica seu inimigo na medida em que sabe que ambos—Estado e mercado—sempre andam juntos. Os liberais sabem que dependem do Estado para assegurar o principal dos direitos no seu imaginário: a propriedade privada. Os estatistas, igualmente, sabem que o Estado hoje é um grande mercado comandado pelos oligopólios econômicos, como o próprio caso brasileiro demonstra. Ambos vendem suas versões como se fossem as únicas e inevitáveis, sem que seja possível encontrar uma linha de

fuga capaz de exceder esse jogo batido. A sociedade, no entanto, sabe que existe essa saída. A todo momento brotam experimentações que são criadas pelos mais variados sujeitos a reinventar permanentemente a noção de espaço coletivo, de festa e escola, de natureza e desenvolvimento, traçando alternativas econômicas, políticas e ecológicas ao binômio Estado/mercado e sua lógica do capitalismo consumista e da burocracia desligada da sociedade. Desenhar essa alternativa passa por uma descolonização geral do pensamento, livrar-se dos complexos de subdesenvolvimento e inferioridade. O mundo hoje respira por aparelhos e os dilemas da Europa com Syriza e Podemos parecem mostrar o quanto esse brete exige uma alternativa que poderia brotar daqui mesmo, com os coletivos de ocupação, a luta contra a obsolescência programada, a vida pautada em outros motivos que não o dinheiro, a alimentação pautada na saúde, na variedade e na qualidade. Ao contrário do que se pensa, nada disso é exclusividade de uma "minorias esclarecida", mas desejo de muitos que não se veem representados pela falta de ousadia dos projetos do Estado-mercado. Trata-se sim de uma utopia que muitos desejariam embarcar.” (NETO, 2015)

-Um dos maiores questionamentos gerados foi como não deixar o mercado ter tamanho poder de decisão nas questões urbanas, bem como de que forma a participação da população pode ser efetivada e incentivada para que seus interesses sejam garantidos.

Uma observação importante é que, enquanto nos processos participativos promovidos pelos órgãos municipais acontecem em auditórios fechados, sem ampla divulgação; os encontros de grupos que se disponibilizam a discutir sobre a cidade que pretendemos construir são divulgados em redes sociais, junto às lideranças locais e acontecem em espaços públicos abertos, mesmo com os desafios de conseguir, por exemplo, infraestrutura de som e transporte.

O curso de orçamento público e mecanismos de participação foi interessante, mas também gerou algumas preocupações. Mais uma vez pode-se observar que a divulgação alcançou, basicamente, pessoas já envolvidas de alguma maneira com a discussão das políticas públicas. O local escolhido era pequeno, e, como se trata de um assunto complexo que envolve leis e alguma noção de economia e urbanismo, além de se tratar de processos extensos, a linguagem utilizada e a curta duração das falas acabava dificultando a compreensão de certos aspectos, principalmente para os leigos. Com a conclusão das falas, discussões e relatos de pessoas presentes, foi possível inferir que existe uma grande burocracia por trás dos mecanismos de participação, além de uma clara influência das questões e interesses políticos, que acabam dificultando a participação popular efetiva no orçamento público do município. Dentre as várias

observações realizadas durante essas experiências, é possível destacar os seguintes tópicos ou apontamentos para melhoria:

- Necessidade de melhoria dos canais de divulgação
- Espaços para discussão são geralmente institucionalizados, com número de assentos limitados. Não deveriam ser abertos e democráticos?
- Jogadas políticas de cancelamentos ou mudanças de reuniões sem prévia comunicação.
- Linguagem utilizada, muitas vezes, torna a compreensão dos assuntos ainda mais difícil.
- Uso de cartilhas, panfletos, instalações, maquetes, etc – Materiais didáticos e de fácil entendimento- se faz necessário
- Potencial das plataformas digitais e outros meios de comunicação direta para maior integração
- Ainda há uma forte descrença dos habitantes em relação à política
- A sociedade civil precisa se organizar mais e entender a importância da participação nos processos de decisão
- A grande burocracia ainda é um grande entrave para a participação popular

Percebeu-se, então, que o planejamento urbano está diretamente relacionado às questões legislativas e políticas, e para que seja possível uma interferência direta da população sobre as decisões das políticas urbanas, pode ser necessária uma reformulação da estrutura política atual. A aposta municipalista e os movimentos políticos na Espanha indicam uma mudança nessa perspectiva e a possibilidade de um novo caminho a ser seguido.

Para a continuidade deste trabalho é necessária uma investigação mais profunda sobre o corpo político da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, assim como a determinação oficial dos meios que estão sendo utilizados pela prefeitura para a participação da população na definição das políticas públicas a partir de conversas com os responsáveis por isso e com parcelas da população que participam ou são excluídas desses processos.

Plataforma de Aprimoramento do Conforto Ambiental

O meio urbano apresenta-se como resultado das diversas intervenções da sociedade, em um dado momento histórico, o qual reflete as interconexões de todos os elementos que estiveram presentes em seu processo. O conforto ambiental é fortemente influenciado pelas atividades antrópicas. Deve-se observar as características formais e físicas dos elementos que compõem o meio urbano, como os materiais construtivos, a forma e a organização do espaço.

A procura formar uma relação equilibrada entre a natureza e a cidade é determinante. A cidade necessita se ligar a estruturas orgânicas sistematicamente. Nós, como cidadãos, devemos organizar os recursos políticos, sociais e tecnológicas em um esforço para criar um plano de ação factível que redesenhe os habitats urbanos insalubres para atinjam o equilíbrio com a natureza.

Após a análise feita de três recortes de Belo Horizonte, sendo estes cidade formal, informal e não construído, ainda que separados, todos formam a cidade que vivemos, percebemos que existem vários fatores que mostram que a Prefeitura não cumpre o seu verdadeiro papel.

Os governos locais, com seus muitos e variados papéis estão em uma posição forte para fazer avançar as metas de desenvolvimento sustentável como fornecedores diretos ou indiretos de serviços, regulações, lideranças por exemplo, informante da comunidade, advogado, conselheiro, mobilizador de recursos da comunidade e principalmente iniciador do diálogo e debate promovendo um processo compartilhado.

Atualmente a principal interação da Prefeitura de Belo Horizonte com seus cidadãos no que diz respeito ao conforto ambiental é feita pelo portal da prefeitura. Onde teoricamente deveria oferecer informação completas, objetivas, confiáveis, relevantes e fáceis de serem encontradas e entendidas, oportunizando espaços para tal interação. Porém ao acessar o site da prefeitura percebemos que é impreciso, infrutífero, muito texto e poucas ilustrações e esquemas, não possui explicação clara de como funciona o site, informações não são encontradas com facilidade, além de não possuir interação direta com os cidadãos.

Constata-se que o site da Prefeitura de Belo Horizonte não oportuniza espaços claros e acessíveis para uma interação com os cidadãos e cidadãs. Percebe-se a necessidade de um site mais incisivo e interessante, que incentive o processo compartilhado das políticas públicas do conforto ambiental.-

A melhor maneira para que possamos alcançar alguns objetivos, principalmente no caso em estudo do Trabalho de Conclusão de Curso - conforto ambiental urbano -, é mostrar de forma clara e objetiva os ganhos que os usuários conquistarão caso sigam os programas a serem desenvolvidos. Enquanto no site institucional da prefeitura, possibilidades não são mostradas, sequer incentivadas, o site imaginado é basicamente uma plataforma, sendo portanto um espaço a partir de onde ideias e ações serão fomentadas e possibilitadas. Logo, cada pessoa poderá decidir o que fazer para que assim esta possa criar conexão e usos diretos com a cidade.

Com dois objetivos claros de melhorar o conforto ambiental urbano e de criar uma interface que permite agenciar possibilidades de intervenções diretas dos cidadãos no espaço da cidade por meio de subsídios e parcerias com o poder público, a Plataforma de Aprimoramento do Conforto Ambiental (PLACA) como objeto de Trabalho de Conclusão de Curso foi elaborada para o desenvolvimento da política pública de melhoria do conforto ambiental do município de Belo Horizonte, que introduz ao atual planejamento urbano uma interface orientada para toda a cidade, visando um processo compartilhado.

Para criar esse vínculo com os cidadãos foram desenvolvidos programas e ferramentas que estimulassem tal conexão. Como a mudança na guia de IPTU com implantação de novos descontos; prestação serviço ambiental; venda de mobiliários para espaço públicos; visita digital de consultoria técnica da PLACA; organizações de Comitês populares participativos de gerenciamento do espaço público; fórum de formação e de engajamento dos mutirões; incentivo a produção do seu próprio alimento. Sendo que toda a normatização direcionada ao conforto ambiental foram o Código de Posturas e o Plano Diretor do município de Belo Horizonte. Todas essas ferramentas podem ser consideradas de comunicação direta com a Prefeitura, onde os cidadãos poderão ensaiar as ferramentas digitalmente, além de encontrar toda a análise urbana feita, com fotos e depoimentos dentro da plataforma.

Fica claro os limites de tal proposta dentro de um Trabalho de Conclusão de Graduação. Primeiramente, a necessidade de um trabalho multidisciplinar na PLACA com a participação concomitante de profissionais de várias áreas de maneira a integrar os diferentes conhecimentos específicos numa mesma escala, por se tratar de uma política pública de aprimoramento do conforto ambiental, é essencial mas de difícil realização devido ao caráter autoral do Trabalho de Conclusão de Graduação como disciplina

dentro de um curso de Arquitetura e Urbanismo. Além disso, o tempo de quatro meses para o desenvolvimento para uma interface de política pública da Prefeitura foi pouco, pois muito precisa ser feito, tanto na elaboração dos programas, como nos mapeamentos, análises, programações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os trabalhos apresentados neste artigo procuram demonstrar uma nova extensão para os trabalhos de conclusão de curso, utilizando uma abordagem mais prática, que valoriza não somente a revisão bibliográfica e o desenvolvimento teórico do assunto abordado, como também a inserção do pesquisador-estudante na questão e seu contato com a sociedade e setores envolvidos, inclusive tornando o próprio, prática extensionista.

Acredita-se que os Trabalhos de Conclusão de Curso representam uma oportunidade para o estudante analisar e fazer propostas para uma questão presente na sociedade, valendo-se de seus conhecimentos para proposição de alternativas ou soluções.

Em muitos casos, entretanto, esses trabalhos se limitam à esfera acadêmica, à realização de extensas revisões bibliográficas, com pouca ou nenhuma interação com a população, estudantes e profissionais de outras áreas ou de setores interessados na questão.

Sendo assim, as experiências relatadas no presente artigo relatam a importância de uma abordagem mais “real” dos temas tratados em pesquisas e trabalhos de conclusão de curso, revelando o interesse de tratar tais trabalhos como um processo compartilhado, nos quais o estudante trabalharia em conjunto com a população e setores de interesse, assim como em parceria com outros estudantes ou profissionais especializados em assuntos complementares e relevantes para análise e desenvolvimento do tópico proposto.

Deve-se destacar também que, ao adotar o princípio do Trabalho de Conclusão de Curso como uma possibilidade de contribuição para a sociedade, o contato com a sociedade passa a ser uma das questões de maior relevância. Tal contato deve ser realizado nas diferentes etapas do trabalho, valendo-se das metodologias apropriadas e com posterior disponibilização do conteúdo para o público, algo que ainda o primeiro trabalho pode possibilitar e o segundo, fica a dever. Ainda assim:

“A única abordagem bem-sucedida para o projeto de grandes cidades para as pessoas deve considerar a vida e o espaço da cidade como ponto de partida. É o aspecto mais importante – e o mais difícil – e não pode ser deixado para mais tarde no processo. Se é fato que deve

haver uma sequência, esta começa ao nível dos olhos e termina em uma vista aérea. Naturalmente, o melhor dos mundos é trabalhar com as três escalas, ao mesmo tempo, de forma holística e convincente.” (GEHL, 2010, p. 198)

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Sérgio; RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; SANTOS, Orlando Alves (Organizadores). **Cultura política, cidadania e voto: desafios para a governança metropolitana**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2012. 512 p.

BELO HORIZONTE. Prefeitura. Lei nº 7165. 27 ago. 1996. Institui o Plano Diretor do município de Belo Horizonte. Câmara Municipal. Disponível em <<http://www.cmbh.mg.gov.br/leis/legislacao>>. Acesso em: 29 mar. 2013.

BRASIL. **Estatuto da cidade: guia para implementação pelos municípios e cidadãos: Lei nº 10.257**, de 10 de julho de 2002, que estabelece diretrizes gerais da política urbana. 2. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, 2002.

BROWN, G. Z.; DEKAY, Mark; SALVATERRA, Alexandre Ferreira da Silva. **Sol, vento & luz: estratégias para o projeto de arquitetura**. 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2004. 415p.

CARDOSO, Adauto Lúcio. 1997. **Reforma Urbana e planos diretores: avaliação da experiência recente**. *Cadernos IPPUR*, ano XI, nos 1 e 2, Rio de Janeiro, p.79-111

CHAGAS, Fernanda de Araujo. **A parceria público-privada na produção do espaço: reflexões a partir da política urbana brasileira e das operações urbanas consorciadas em Belo Horizonte**. 2013. Monografia de Graduação. UFMG. Belo Horizonte, 119 p.

EMMANUEL, M. Rohinton. **An urban approach to climate-sensitive design: strategies for the tropics**. New York: Spon Press, 2005. viii, 172 p.

FARR, Douglas; SALVATERRA, Alexandre. **Urbanismo sustentável: desenho urbano com a natureza**. Porto Alegre: Bookman, 2013. xix, 326 p.

GEHL, Jan. **Cities for people**. Washington, DC: Island Press, c2010. xi, 269 p.

HAESBERT, R. **Viver no Limite. Território e Multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

MENDES, Alexandre Fabiano. **Lista de Desejos para um Novo Municipalismo**. 2015. Texto disponível em < <http://uninomade.net/tenda/lista-de-desejos-para-um-novo-municipalismo/>> Acesso de 28 de novembro de 2015.

MOUFFE, Chantal. **The Democratic Paradox**. Verso: London, 2000.



NETO, Moysés Pinto. 2015. **A Sociedade Contra o Estado e o Mercado**. Texto disponível em: <<https://medium.com/@moysespintoneto/contra-o-estado-e-o-mercado-a-sociedade-c5cf63b93cdd#.cj71f7f42>> Último acesso em 13 de dezembro de 2015.

OBSERVATORIO METROPOLITANO. **La Apuesta municipalista: la democracia empieza por lo cercano**. Madrid, 2015.

SOUZA, Marcelo Lopes. **Mudar a Cidade. Introdução ao Planejamento e Gestão urbano críticos**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.